

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16093 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 06 - Formação de Professores

A FORMAÇÃO PERMANENTE COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO
POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA PROFISSÃO DOCENTE

Maurício Cesar Vitória Fagundes - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Gessica Shauane Klettenberg - UFPR - Universidade Federal do Paraná

A FORMAÇÃO PERMANENTE COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA PROFISSÃO DOCENTE

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo problematizar a formação docente permanente entendendo-a como importante instrumento de desenvolvimento político-pedagógico da profissão. A pesquisa que origina este trabalho é resultado de um estudo de mestrado em educação, desenvolvida com professoras/es da rede pública municipal de Curitiba – PR, no período de 2022 a 2024. A metodologia que orientou a investigação foi de natureza qualitativa, enfoque exploratório e seguiu os procedimentos da Pesquisa Participante, fundamentado pelas perspectivas de Brandão (2006, 2017). Teve na obra de Paulo Freire (1979, 1996, 1997, 2001a, 2001b, 2022) e na categoria educação como prática da liberdade seu principal aporte teórico. Como método de análise foi utilizada a dialética materialista. O principal instrumento de coleta de dados foram os Círculos de Diálogos, que revelaram reflexões sinalizando a importância da formação permanente político-pedagógica de professoras e professores como caminho promissor para a transformação das práticas exercidas na escola pública e, respectivamente, das realidades que a permeiam e a habitam.

PALAVRAS-CHAVE: Formação permanente. Profissão Docente. Político-pedagógico. Escola pública.

Este trabalho é umas das ramificações provenientes de uma pesquisa de mestrado em educação realizada entre os anos de 2022 e 2024. A investigação de natureza qualitativa e de enfoque exploratório seguiu os procedimentos da Pesquisa Participante, uma metodologia dialógica que se opõe à verticalidade das relações comumente estabelecidas no campo científico, tornando a ação de pesquisar um exercício dialógico e democrático que tem a construção coletiva de conhecimentos como seu objetivo principal (Brandão 2006). Nessa concepção metodológica, o estudo coletivo parte da realidade das comunidades participantes, constituindo-se em processos dialéticos produzidos organicamente, construindo e reconstruindo saberes que foram se revelando e apreendidos pela pesquisa.

A Pesquisa Participante ocorreu por intermédio de Círculos de Diálogos, formato inspirado no Círculos de Cultura desenvolvidos por Paulo Freire da década de 60, e da Observação Participante, um modo de investigação que constrói observações a partir da

participação ativa no dia a dia das pessoas envolvidas pela pesquisa, em suas vivências cotidianas reais (Brandão, 2017).

Por meio dos Círculos de Diálogos, um grupo de professoras e professores pertencente a uma escola pública de Curitiba/PR se dedicou a debater sobre diferentes fenômenos que englobam e influem a educação pública atualmente. Os encontros entre as/os participantes seguiram uma circularidade que gerou imersões, temáticas, problematizações e restituições sistemáticas acerca das nuances que envolvem e direcionam o âmbito educacional, dentre elas a função docente.

A dinâmica dialógica permitiu que diferentes situações-limite inerentes à realidade problematizada fossem reveladas e, suas conjunturas, analisadas. Utilizando-se da metodologia do materialismo histórico-dialético marxista como fundamento para a ação analítica, foi possível compreender as materialidades das totalidades daquela realidade singular, assim como desvelar as contradições que as impulsionam.

Entre as análises edificadas pela pesquisa, uma problemática significativa e específica se destacou. Nos Círculos de Diálogos, as educadoras e os educadores propuseram como funções do ofício docente ações de mediação, orientação, acolhimento, ensino de conteúdos, suporte emocional a famílias e crianças, contribuição para a comunidade, formação para o mercado de trabalho e fomento a reflexões sobre a vida. Após uma proposta de leitura referente ao capítulo “Para mudar a cara da escola”, do livro *Educação na cidade*, de Freire (2001a, p. 28), as/os docentes participantes da investigação se sentiram provocadas/os a dialogar sobre as concepções que defendem a prática educativa como ação política, imparcial, necessitada de saber sobre “[...] que política é essa, a favor de quê e de quem, contra o quê e contra quem se realiza [...]”.

Diante da colocação do autor, a maioria das/dos participantes apresentou dificuldade em conceber/reconhecer a escola pública como um espaço que pode atuar para além do que lhe é prescrito, de modo a lutar, pois segundo uma das falas exprimidas por um educador, “[...] o ‘contra’ é uma palavra forte, né? Contra é complicado porque na escola a gente não pode ser contra [...] qual é o combate da escola? O que a escola combate?”. Ao aprofundar como a função docente pode contribuir, politicamente e pedagogicamente para a comunidade, os discursos evidenciaram que o papel político-pedagógico da referida profissão se encontra enfraquecido e ilustram uma lacuna passível de aprofundamento investigativo.

Ciente de que o ser humano é um corpo curioso, capaz de compreender, de “inteligir” o mundo, de intervir nele de modo ético, estético, científico e político (Freire, 2001b, p. 7), este estudo objetiva problematizar a formação docente permanente entendendo-a como importante instrumento de desenvolvimento político-pedagógico da profissão.

Para isso, é necessário depreender que “ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica” (Freire, 1996, p.47), assim como compreender que a historicidade da implementação das ideologias se funde com a função educativa, pois a última é concebida

como um modo de tornar congruente a classe que a reproduz (Cury, 1987).

Para reconhecer a inerência entre o político e o pedagógico, foi essencial problematizar com as/os participantes da pesquisa que há diversos tensionamentos envolvendo e refreando a escola pública com a intenção de direcioná-la culturalmente e ideologicamente. A educação pública encontra-se, desde suas origens, sob a ingerência dos interesses das classes burguesas que se expandem de modo a ocultar a verdade dos fatos até que a realidade vivida pelas classes populares se torne algo fatalista, aceito de modo pacífico e sem perspectivas futuras (Freire, 1996). A acomodação resultante do cerceamento pela opressão exercida pela mantenedora, seja por meio dos currículos ou das avaliações de larga escala, torna-se um potente artifício, pois coloca as professoras, professores e equipe gestora em modo de assentimento diante dessas situações-limite, ajusta essas pessoas a ponto de fazê-las acreditarem que adaptarem-se ao que lhes é imposto é o único caminho possível.

Como consequência de uma sociedade dividida em classes, articulada para desmobilizar a emancipação das massas populares, assim como silenciá-las e apagá-las, surgem as desigualdades econômicas e sociais que invadem a vida de cada estudante, família e comunidade. Esse conjunto vivo e material, atravessa a escola pública diariamente por meio das vidas que a compõem e acaba por pertencer a ela. E é nesse meio que se encontram as educadoras e os educadores.

O enfraquecimento da educação enquanto ato político (Freire, 1997) advém de uma cultura hegemônica que intenta controlar a autonomia das instituições públicas de ensino para torná-las e mantê-las propagadoras de seu projeto societário. Sem a perspectiva político-pedagógica do papel educativo, a *sloganização* (Freire, 2022) da realidade como fatalidade se sustenta, se reproduz e trabalha em prol da manutenção de um *status quo* assentado em injustiças sociais, interessado em multiplicar-se.

Dissociar o político da tarefa pedagógica (Gadotti; Freire; Guimarães, 1995), coadjuva com esse propósito dominante, o potencializa e pereniza, ajuda a reproduzir suas propensões particulares e revela que o não envolvimento da educação com a transformação das realidades que a habitam não é uma neutralidade, mas sim uma posição, uma escolha ideológica.

Em tal cenário, o fortalecimento do papel político-pedagógico da profissão docente se faz necessário para lutar contra as artimanhas do sistema opressor que, historicamente, se espalha pelo terreno educacional com o objetivo de perpetuar seu poder. Tornando-se imprescindível refletir para qual política o papel docente serve: àquela que emancipa ou àquela que concretiza?

Para distanciar-se da prática de modo a observá-la pelo ângulo da questão é necessário assumir a profissão docente como um ato de compromisso com a sociedade, o que exige capacidade de ação e reflexão (Freire, 1979).

As/os professoras, professores e gestoras/es participantes da pesquisa que concebe este estudo sinalizaram que as formações fornecidas pelas secretarias de educação são esporádicas, pontuais e propositam incentivar práticas pedagógicas que efetivem com maior eficiência o ensino dos conteúdos curriculares. Além disso, os discursos demonstram não haver um plano formativo de caráter permanente que objetive discutir e dialogar a respeito das debilidades e das potencialidades da docência enquanto prática político-pedagógica em constância. Ou seja, não há momentos de formação que oportunizem que a categoria profissional re-construa (em constante movimento de ação-reflexão-ação) seu papel e seus propósitos.

No cargo de Secretário de Educação na cidade de São Paulo/SP, entre 1989 e 1991, Paulo Freire difundiu o conceito de educação permanente pelo Brasil e, respectivamente, lançou luz sobre a importância de professoras e professores se reconhecerem como profissionais que *estão sendo*, conscientes de sua incroncretude, pois o conhecimento e a formação, enquanto produções sociais, são históricos, um eterno devir que deriva da ação-reflexão-ação. Por isso, as posições políticas, a educação e as práticas pedagógicas, que sempre estão firmadas em uma não neutralidade, devem estar em constante estado de busca (Freire, 2001b).

A percepção de conhecimento e educação como fenômenos abertos, sujeitos a mutação, se fundamenta na concepção de que o ser humano vai se tornando, se formando, se transformando à medida que está *com* e *no* mundo. Esse mundo, também em constante transição, permite que culturas se modifiquem e que estruturas sociais, outrora fixadas, sejam revisitadas e reconstruídas. Quando atentas/os às circunstâncias dialéticas da sociedade, mulheres, homens, meninas e meninos, tomam consciência de sua própria finitude, de sua inconclusão e se compreendem como pessoas que muito sabem e que podem vir a saber mais (Freire, 2001b).

O diálogo e a construção coletiva de conhecimentos, preceitos fundamentais da formação permanente, foram os propulsores da pesquisa e despertou no grupo participante a consciência da importância de visitar velhos conceitos e paradigmas, proporcionando novos pontos de vista sobre as possibilidades emancipatórias que podem ser exercidas por professoras e professores da educação pública.

Em resposta ao estudo, as educadoras e os educadores participantes apontam ser relevante a implementação de espaços e momentos formativos para refletir sobre as subjetividades que envolvem a sua função e a educação pública, no diálogo com a realidade da escola e de sua comunidade. Assim, segundo suas considerações, a categoria docente pode se fortalecer e compreender, cada vez mais, que seu papel é essencial aos processos de transição da sociedade.

Por fim, frente ao enfraquecimento do papel político-pedagógico da profissão docente, acreditamos que “[...] é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se

pode melhorar a próxima prática” (Freire, 1996, p. 21), neste sentido a formação permanente pode operar como uma possibilidade de transição de panorama. A cinesia da inconcretude fornece subsídios para que a categoria educadora possa, continuamente, exercer seu direito à reflexão crítica e, respectivamente, reverberar transformações significativas em sua atuação.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e participação da pesquisa. In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R (Org). **Pesquisa participante: A partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

BRANDÃO, C. R. A terceira margem do Rio: treze fragmentos de escritos em rascunho sobre a experiência da pesquisa como um encontro. **Conferência ARNA**, jun. 2017. Disponível em: <https://apartilhadavida.com.br/book/a-terceira-margem-do-rio/> Acesso em: 18 ago 2023.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**. São Paulo: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12.ªed. Trad. de Moacir Gadotti e Lílian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

FREIRE, P. **Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2001a.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, Coleção Questões de Nossa Época, 2001b.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 81º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GADOTTI, M.; FREIRE, P; GUIMARÃES, S. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.